

## Porque o empreendedorismo se fortalece a cada ano no Brasil

Eduardo Küpper (\*)

Apesar da forte crise econômica pela qual passamos nos últimos anos, esse foi um dos períodos em que o brasileiro mais empreendeu

Dados da última pesquisa da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizada pelo Sebrae, mostram que a taxa de empreendedorismo no País foi de 39,3%, o maior índice dos últimos 14 anos e quase o dobro do registrado em 2002, quando a taxa era de 20,9%. Quando comparada internacionalmente, a taxa de empreendedorismo brasileira é superior à dos Estados Unidos, México, Alemanha e dos países que compõem o Brics, por exemplo.

Durante o triênio 2014/2016, a situação de crise política e econômica se instalou no Brasil e aflorou o chamado empreendedorismo por necessidade. O fato é que empreender se tornou uma alternativa do brasileiro para contornar as dificuldades que a economia vem passando.

Analisando a taxa de empreendedores iniciais (Total Entrepreneurial Activity ou TEA) por escolaridade, constata-se que o Brasil é o único país pesquisado em que as pessoas que mais empreendem tem a escolaridade entre primeiro grau completo e segundo grau incompleto.

Quem mais empreendeu foram aqueles que tinham secundário completo. Ou seja, nesses anos o empreendedorismo por necessidade imperou no Brasil. É evidente que a taxa de empreendedorismo está diretamente ligada à escassez de oportunidades formais. Prova disso é que a maioria das novas empresas são abertas no modelo de microempreendedor individual (MEI), e a representatividade dos MEIs no mercado cresceu junto com o desemprego.

Ou seja, basicamente o empresariado brasileiro, que até então não tinha tido tempo ou dinheiro para se especializar, está empreendendo e tocando seu negócio no felling. Enquanto isso, outros países como, por exemplo, os EUA investem na formação e capacitação de empreendedores. No entanto, a garra e a intuição nem sempre são o suficiente para a administração de uma empresa de sucesso.

Há situações em que o feeling embasado em percepções pode ser importante, porém é rotineiramente exceção.

Se os novos empreendedores se livraram do fantasma do desemprego, eles agora têm outro desafio: fazer seu negócio vingar. Ainda segundo o Sebrae, 23% das empresas no Brasil fecham as portas nos dois primeiros anos. Esta discussão ganha mais relevância quando a matéria é inovação, onde os critérios para a decisão de lançamento de um produto ou serviço não têm base de comparação. Normalmente quando alguém tem uma ideia inovadora e quer vendê-la, acaba focando nos pontos positivos, vivência pessoal e principalmente paixão. Vale lembrar que esses pontos não são o suficiente para atrair uma maior atenção do mercado e, consequentemente, investimentos.

Enquanto quase metade dos empreendedores brasileiros foram motivados pela necessidade e não por uma oportunidade observada no mercado, nos Estados Unidos apenas cerca de 14% tiveram essa motivação, ainda considerando dados da GEM. Além disso, os estudantes brasileiros que vivem aqui são muito pouco expostos ao conceito e alternativa de empreender. O ensino tradicional no Brasil incentiva os jovens a buscar um emprego, seja na iniciativa privada ou na pública. Na maioria das vezes, os alunos não são apresentados à possibilidade de empreender como uma alternativa à carreira em uma empresa, e se prendem ao sonho de ter uma vida estável.

O fato de a educação empreendedora brasileira também não estar alinhada ao que se pratica em outros países é um entrave à essa mentalidade. Em linhas gerais, é evidente que o brasileiro tem um potencial pouco explorado. Empreender é algo que está em nossas veias. Mas, independente do nosso talento natural, essa é uma prática que precisa ser estimulada e disseminada de forma mais técnica e abrangente e todos as camadas da sociedade.

O empreendedorismo por aqui pode – e deve – crescer muito. Mas que não seja apenas por necessidade.

(\*) - É MBA pela Wharton Business School e MA em Estudos Internacionais pelo The Lauder Institute, ambos na Universidade da Pensilvânia e Co-fundador da Wharton Alumni Angels Brasil.

# Agricultura aprova regras para produção de queijo artesanal

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou o projeto dos deputados Zé Silva (SD-MG) e Alceu Moreira (PMDB-RS), que regulamenta a elaboração e a comercialização de queijos artesanais

O projeto autoriza a comercialização de queijo artesanal em todo o território nacional mediante critérios higiênico-sanitários, como a exigência de certificação de propriedade livre de tuberculose e o controle da potabilidade da água usada nos processos de elaboração do queijo e nas atividades de ordenha.

O relator da matéria na comissão, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), mudou o texto para esclarecer que os queijos podem ser considerados como artesanais com base em critérios regionais e culturais, e não apenas territoriais. Outra alteração objetiva reconhecer também como queijos artesanais aqueles produzidos em assentamentos familiares e em grupos de produtores de até quinze participantes. O parecer



Os queijos podem ser considerados como artesanais com base em critérios regionais e culturais, e não apenas territoriais.

de Colatto prevê que os órgãos de defesa sanitária ficarão encarregados de orientar os queijeiros artesanais sobre a implantação de programas de boas práticas agropecuárias de produção leiteira e de fabricação de queijos artesanais.

Para ele, a proposta é “de extrema importância para os produtores de queijos artesa-

nais, que há anos enfrentam enormes dificuldades para conseguirem autorização para comercializarem seus produtos” no País.

Como exemplo dos problemas enfrentados, ele citou um episódio, quando a Vigilância Sanitária descartou cerca de 600 quilos de alimentos que seriam vendidos no festival

Rock in Rio, inclusive queijos artesanais. Apesar de os alimentos estarem próprios para consumo e dentro dos prazos de validade, foram jogados no lixo por não possuírem o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

“Todos somos favoráveis a que o Poder Público garanta a segurança dos alimentos comercializados no País; entretanto, as exigências para que um estabelecimento seja inspecionado pelo SIF e o produto possa ser vendido no Brasil, ou até mesmo exportado, estão fora do alcance do pequeno produtor”, argumentou Colatto. O projeto, que tem caráter conclusivo, já havia sido aprovado também pela Comissão de Seguridade Social e ainda precisa ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## Projeto pode aliviar superlotação de presídios

Mais de 62 mil vagas poderão ser criadas no sistema prisional brasileiro. Essa é a meta traçada no projeto do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que pretende alcançá-la com a construção de colônias agrícolas e industriais em municípios com mais de 500 mil habitantes. A proposta tem relatório favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e está pronta para votação final na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

As novas vagas prisionais deverão ser destinadas, exclusivamente, ao cumprimento de pena privativa de liberdade por condenados do regime semiaberto envolvidos em crimes cometidos sem violência ou grave ameaça. Os condenados pelos mesmos tipos de crimes mas em regime fechado poderão ser transferidos para as colônias quando progredirem para o regime semiaberto.

Para viabilizar a medida, o projeto determina o repasse, mediante convênio, de recursos do Funpen aos estados. Esse seria o ponto de partida para a construção — até 31 de dezembro de 2020 — de colônias agrícolas ou industriais em municípios com mais de 500 mil habitantes. O número total de vagas nessas unidades prisionais deverá corresponder, no mínimo, a 0,1% da população do município.

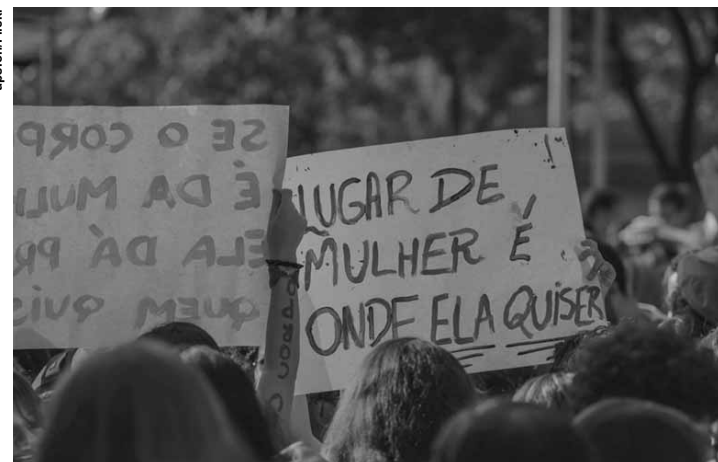
A estimativa de criação de novas 62 mil vagas no sistema prisional foi apresentada por Braga na justificativa do projeto. “Os condenados terão uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho e de ressocialização, por meio do trabalho agrícola ou industrial remunerado. Além disso, evita-se que presos de menor periculosidade tenham contato com presos de maior periculosidade. As colônias, enfim, não serão ‘universidades do crime’”, resume Braga. Como tramita em caráter terminativo, se for aprovado, o projeto segue direto para a Câmara (Ag.Senado).

## Nórdicos promovem debate sobre igualdade de gênero no Brasil

As embaixadas da Suécia, da Noruega, da Finlândia e da Dinamarca lançaram na sexta-feira (20) o projeto ‘Diálogos Nórdicos’, com a finalidade de incentivar o debate e a troca de experiências para que a sociedade brasileira alcance maior nível de consciência sobre a igualdade de gênero.

Os Diálogos Nórdicos foram lançados na Embaixada da Suécia, que no momento preside o conselho de ministros dos países nórdicos. Segundo o embaixador da Suécia, Per-Arne Hjelmhorn, para o país, a questão de igualdade de gênero é ‘foco relevante de políticas de governo’.

“Cinquenta por cento dos participantes do governo sueco são mulheres e, entre 45% e 50% dos representantes dos países nórdicos (Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia) no Parlamento são do sexo feminino”, disse Per-Arne Hjelmhorn. O embaixador da Noruega, Nils Martin Gunneng, ressaltou que a sociedade norueguesa tem consciência de que a maior participação das mulheres



As mulheres no Brasil ‘estudam mais, trabalham mais e ganham menos’.

em setores importantes é fator determinante para o sucesso econômico e político do país.

“O cargo de primeiro-ministro na Noruega é ocupado por representante do sexo feminino [Erna Solberg] e outros ministros importantes, como o das Finanças, também são ocupados por mulheres”, disse Nils Martin Gunneng. No lançamento do projeto, a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, destacou que um dos grandes desafios brasileiros é elevar o papel das mulheres,

superando as desigualdades.

Ela lembrou que, para a ONU, o fortalecimento do papel das mulheres indígenas é um dos temas mais importantes. Mencionou ainda estatísticas segundo as quais, “as mulheres no Brasil estudam mais, trabalham mais e ganham menos”. Além disso, mulheres negras ganham 60% menos que as brancas. Sobre violência, ela afirmou que mais de 4,5 mil mulheres são assassinadas todos os anos no Brasil (ABR).

## Perillo perde foro privilegiado e ação vai para primeira instância

Após renunciar ao cargo no último dia 6, para se candidatar ao Senado nas eleições de outubro, o agora ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, passa a responder na Justiça Criminal em Goiânia a uma ação penal em que é réu por corrupção passiva. A decisão, confirmada na quinta-feira (19), é do ministro Humberto Martins, do STJ, que determinou o envio dos autos à jurisdição de primeira instância.

O caso tramitava no âmbito do STJ porque é o foro especial para processos relacionados a governadores de estado. Perillo, do PSDB, cumpria o quarto mandato como governador de Goiás. Ele foi denunciado pelo MPF no ano passado, juntamente com Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o ex-proprietário da construtora Delta, Fernando Cavendish, e o ex-diretor regional da empreiteira, Cláudio de Abreu.

Segundo a denúncia, Cachoeira, Abreu e Cavendish pagaram, em duas parcelas,



Ex-governador Marconi Perillo.

uma dívida de R\$ 90 mil do governador com o marqueteiro Luiz Carlos Bordoni, em troca de aumento de valores dos contratos da Delta com o governo do estado. Em setembro do ano passado, após a ação ser aceita e os quatro se tornarem réus no processo, a ação foi desmembrada e a parte relacionada a Perillo passou a tramitar no STJ. O processo agora deverá ser distribuído à mesma vara

criminal onde tramitam as acusações contra os demais acusados no esquema.

Em nota, o defensor de Perillo, o advogado Antonio Carlos de Almeida (Kakay), minimizou a decisão do STJ. “É um procedimento absolutamente normal, resultado do ato voluntário de desincompatibilização do governador Marconi Perillo, que prossegue confiando na Justiça”, enfatizou (ABR).

## MP que altera reforma trabalhista perde a validade

A Medida Provisória 808/17, que modifica diversos pontos da lei que instituiu a reforma trabalhista, perde a validade nesta segunda-feira (23). O texto não foi analisado pela comissão mista, que não chegou a ter um relator eleito. Entre os assuntos tratados estão os trabalhos intermitente e autônomo, a representação em local de trabalho, as condições de trabalho para grávidas e lactantes e a jornada 12x36, entre outros pontos.

AMP chegou a receber 967 emendas, a grande maioria teve o chamado trabalho intermitente

como alvo. Deputados da oposição buscavam revogar a novidade ou garantir mais direitos ao trabalhador nestes casos. O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto, disse que houve demora de quatro meses na instalação da comissão, além de falta de acordo com os deputados. Para o vice-presidente do colegiado, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), é preciso haver um novo acordo, com uma nova medida provisória ou um projeto de lei.

Segundo o líder do Governo na Câmara, deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), agora

é preciso aguardar para ver qual será o encaminhamento do Executivo. Ele reforçou, porém, que cada comissão tem autonomia e ritmo próprios. “Os partidos são autônomos nessa indicação e funcionamento das comissões que tratam das medidas provisórias”. O líder da Minoria na Câmara, deputado Werverton Rocha (PDT-MA), falou que a reforma não poderia contemplar apenas um ponto ou outro, e sim ser uma mudança mais ampla para reverter mudanças feitas com a nova lei trabalhista (Ag. Câmara).

**AGENDA DO EMPRESÁRIO**  
www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: CENOFISCO

**SEGUNDA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2018**

**CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO**  
Empresa tem interesse em contratar funcionário pelo prazo determinado de 01 ano, como proceder para se beneficiar da lei 9.601/98? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

**FUNCIÓNÁRIA USUFRUINDO DA LICENÇA AMAMENTAÇÃO, INFORMOU QUE NÃO QUER MAIS USAR DESSE BENEFÍCIO, COMO PROCEDER?**  
Não há previsão legal informando que a empregada poderá abrir mão de seu direito de amamentar previsto no artigo 396 da CLT. Neste caso a empresa deverá continuar concedendo estes dois descansos especiais de 30 minutos cada até que o bebê complete 06 meses de idade.

**RECOLHIMENTO MÍNIMO DE INSS**  
Qual valor mínimo para recolhimento de INSS no pró-labore de sócio? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

**RESCISÃO SEM HOMOLOGAÇÃO**  
Para o Contrato de Trabalho assinado anterior a Reforma Trabalhista não há mais a obrigatoriedade de serem homologados na demissão, como proceder? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

**AVISO PRÉVIO INDENIZADO DEVE SER COMPUTADO COMO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NA CONTAGEM DA APOSENTADORIA?**  
Esclarecemos que o aviso prévio indenizado não tem incidência de INSS, não é salário de contribuição conforme IN RFB nº 1.730/17, assim, não é considerado como tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

**ENTREGA DE OBRIGAÇÕES**  
Para as empresas optantes pelo simples: quando inicia a obrigatoriedade de entrega para: 1-DCTFWeb 2-eSocial 3-EFD-REINF? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

**OBRIGAÇÃO DE APRESENTAR A DCTFWEB**  
Quem e deverá apresentar a DCTFWeb, sobre as contribuições previdenciárias, qual o prazo? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

---

**50 anos ORCOSE**  
Contabilidade

**Fundador: José SERAFIM Abrantes**

11 3531-3233 - www.orcose.com.br

Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP